

## Uma reflexão geral sobre os subespaços da habitação

António Baptista Coelho (texto e imagem)

### Resumo

No artigo desenvolve-se uma reflexão geral sobre os subespaços da habitação, seguindo-se uma perspectiva de “des-funcionalização” e de “des-hierarquização”, que segue uma crítica ao excesso de funcionalidade e de hierarquização domésticas. Neste sentido desenvolve-se o que se julga ser a importância da previsão de adequados cantos e recantos domésticos, ao serviço de uma habitação, que seja sítio de expressão de identidade e de apropriação e que seja marcada por zonas expressivamente individualizadas e do casal – optando-se até, aqui, eventualmente, por uma “nova” relação entre o “núcleo/célula” habitacional individual (ou do casal) e o próprio edifício.

### Importância da previsão de cantos e recantos domésticos

Os cantos e recantos domésticos na sua muito rica variedade formal e funcional, constituem elementos identificadores e apropriáveis/apropriadores do uso/satisfação dos moradores:

- para além de serem elementos básicos de adaptabilidade global e pormenorizada de uma dada habitação a uma dada família e, mesmo, e bem importante, de adaptabilidade individual a cada um dos diversos habitantes que integram essa família;
- constituem, eles próprios, factores dinamizadores de associações, mais ou menos inovadoras, entre diversas funções e entre diversas actividades da habitação; condição esta que vai marcar a caracterização dessa habitação, fazendo-a, desejavelmente, participar num grande leque de oferta habitacional que se deseja possa vir a ser, agradavelmente, diversificado e tornado expressivamente estimulante.

Importa, ainda, referir que as novidades nesta área associada a um adequado desenvolvimento de pequenos subespaços domésticos (cantos e recantos ou partes de compartimentos), apenas deveriam ter, como limite, a imaginação e a capacidade de apropriação das famílias e das pessoas individualmente, mas dependem, evidentemente, de espaços de habitar que tenham, embebidas, as potencialidades para o apoio a essa quase infinidade de possibilidades de uso, o que talvez até nem seja especialmente difícil, mas apenas quando consideramos soluções domésticas arquitectonicamente bem qualificadas.

Esta expressiva dependência arquitectónica deve reflectir-se, tanto na disponibilização de soluções habitacionais “de base” que sejam extremamente versáteis e ricas na sua posterior e diversificada pormenorização e ocupação, como na, também importante e conjugada, disponibilização de muito diversificadas situações de pormenorização e ocupação “de referência”, que possam ser muito adequadamente “sobrepostas” às referidas soluções habitacionais “de base”.

Um tal processo ou “jogo” de pormenorização e ocupação habitacional depende, essencialmente, seja de um dimensionamento adaptável a diversas ocupações, seja de uma pormenorização cuidada, em termos de uma presença/imagem adequada a diversos tipos de ocupação e apropriação dos compartimentos, o que se obtém com soluções que “jogam” bem com diversas

ocupações e que proporcionam uma grande e diversificada capacidade de recepção “pequenos usos” complementares e até muito “pessoais”; como é, por exemplo, o caso de vãos de janelas fundos, muito adequados a receberem os mais diversos tipos muito pormenorizados e apropriados de utilização.

E nunca será excessivo registar que numa situação oposta, marcada por espaços muito pouco apropriáveis em termos de subespaços (partes de compartimentos), há soluções de arquitectura doméstica cujos compartimentos apenas aceitam uma apropriação extremamente reduzida (ou quase nula) e funcionalmente muito limitada.



Fig. 01

### **Habitação como sítio de expressão de identidade e de apropriação**

Estrategicamente, e como ponte de ligação à reflexão que há que fazer, subsequentemente, sobre os aspectos associados ao detalhe doméstico, vale

a pena referir que se julga que o mundo doméstico deve ser, cada vez mais, um sítio de expressão de modos de vida específicos e de identidades.

De certa forma é usar a habitação como sítio de uma máxima liberdade, mas para tal há que investir numa possibilidade de repartição estratégica do espaço doméstico, afeiçoando-o a uma partilha de diversos hábitos de vida em espaços contíguos, num desenvolvimento que também se harmoniza com as situações frequentes de convivência familiar entre adultos e jovens adultos durante longos períodos de tempo.

Esta perspectiva tem ou deve ter reflexos directos, seja na organização doméstica, suscitando soluções com um máximo de autonomias de vivência e, sempre que possível, de acessibilidade, seja numa espaciosidade que se deve afastar claramente dos limiares mínimos e que tem de favorecer dimensionamentos muito versáteis em termos de ocupação por mobiliário e que propiciem bons panos de paredes bem apropriáveis – por exemplo, através da ocupação desses panos de parede com estantes e com variados elementos artísticos e gráficos (quadros, gravuras, etc.).

Por outro lado, este caminho é também estratégico no sentido de poder favorecer conversões domésticas significativas em resposta a modos de vida de pessoas que desejem grande funcionalidade e facilidade na execução das tarefas domésticas e condições especiais e muito versáteis de mobilidade e funcionalidade doméstica – e aqui não se está a pensar, especificamente, em condicionados na mobilidade críticos, mas sim numa ampla franja de habitantes, idosos e jovens, que muito ganham com tais condições.

De certa forma estamos na altura de passar das soluções domésticas estereotipadas, rigidamente hierarquizadas em termos funcionais e ambientais e monotonamente caracterizadas em termos de pormenores e de acabamentos, para uma família muito alargada de soluções domésticas diversificadas e adaptáveis, estruturadas não em torno de uma família-tipo teórica, que, “maquinalmente”, realizaria as mesmas actividades nas mesmas horas e nos mesmos espaços, mas sim em torno de “indivíduos”, que irão

desenvolvendo a sua personalidade e os seus desejos e gostos/hábitos domésticos razoavelmente específicos, distintos e mutantes, mas mantendo, naturalmente, sítios de convívio e estadia comum no espaço doméstico; uma opção que é, naturalmente, incompatível com as referidas estruturas domésticas rigidamente hierarquizadas.

### **Do “núcleo/célula” habitacional individual (ou do casal) ao edifício sem passar pela habitação**

E esta diversificação profunda do núcleo de concepção do espaço doméstico também pode e deve marcar a própria organização do edifício multifamiliar e a estruturação e o desenvolvimento, equipamento e pormenorização dos seus espaços comuns; será este o desafio de “escala maior”, mas que deve decorrer, directamente, desta reflexão.

Realmente, o adequado desenvolvimento, num espaço relativamente contido de um espaço doméstico “individualizado” – para uma pessoa só ou para um casal – e devida e ricamente subespacializado, tal como se tem vindo a apontar neste texto, é condição de base muito adequada para que se possa fazer um “salto” dimensional desta célula para a sua integração num edifício com espaços e equipamentos de uso comum, sem se passar, obrigatoriamente, pelo nível da habitação.

Pensa-se, como é evidente, em verdadeiros edifícios de “habitação colectiva” e talvez, aqui, sim, possa ser devidamente utilizado este conceito, onde um determinado número de unidades para pessoas sós e para casais, que podem ser diversificadas em termos dimensionais e funcionais, partilham um leque, também muito diversificado de espaços e equipamentos de uso comum, e mesmo interessantes equipamentos de uso público (ex., lavandaria, restaurante, biblioteca e centro de documentação, espaços de trabalho profissional, ginásio, etc., etc.).

Esta é uma matéria que justifica desenvolvimento específico, e, portanto, nesta reflexão apenas se sublinha que talvez o principal aspecto verdadeiramente viabilizador deste tipo de intervenções e referido à própria caracterização dessas “células individuais”, seja exactamente a riqueza subespacial e subfuncional das mesmas, uma riqueza que terá de ser, necessariamente, servida por um excelente projecto arquitectónico e muito bem pormenorizado.

Não seria necessário dizê-lo: mas as situações contrárias, de produção de “células individuais” monofuncionais e arquitectonicamente pobres, irão gerar pouco mais do que dormitórios.

É, ainda, oportuno referir, desde já, que outros dos principais aspectos verdadeiramente viabilizadores deste tipo de intervenções de “habitação colectiva” se referem à sua adequada e “central” integração urbana e à sua natural abertura à comunidade local.

*1.ª Edição: segunda-feira, 12 de março de 2018*

<https://infohabitar.blogspot.com/2018/03/reflexao-geral-sobre-os-subespacos-da.html>

**Editor: António Baptista Coelho**

**abc@Inec.pt**

**abc.infohabitar@gmail.com**

**abc@Inec.pt**

**Editado nas instalações do Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais (NUT) do Departamento de Edifícios (DED) do LNEC; Infohabitar, Revista do GHabitatar (GH) Associação Portuguesa para a Promoção da Qualidade Habitacional –**

Associação com sede na Federação Nacional de Cooperativa de Habitação Económica (FENACHE).

Apoio à Edição: José Baptista Coelho - Lisboa, Encarnação - Olivais Norte.

Etiquetas/palavras chave: células domésticas, edifícios com espaços comuns, espaços domésticos, Habitação colectiva, microespaços domésticos, microfunções domésticas,

*Nota: este artigo foi realizado no âmbito de um estudo mais amplo sobre a temática do "**Habitar e Viver Melhor**", uma designação que dá título a uma série editorial que tem vindo a ser editada, desde há já algum tempo, na revista/blog semanal Infohabitar.*